



Ata da 42ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se, por videoconferência por meio da plataforma “Google Hangouts Meet”, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas sob a presidência do **Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza**, contando com a presença dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Aurizangela Oliveira de Sousa** (PROPGP) e **Adma Kátia Lacerda Chaves** (PROGRAD); dos Diretores de Centro: **Rafael da Conceição Simões** (CCBS), **Luís Gustavo Henriques do Amaral** (CCET), **Thiago Ribeiro Rafagnin** (CEHU) e **Bruno Trindade Reis** (CMLEM); do Vice-Diretor representando a Direção de Centro: **Eduardo Gomes de Oliveira** (CMB); do Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação: **Neilton dos Reis Goularth**; dos Representantes dos Servidores Docentes de Centro: **Ricardo de Jesus Machado** (CMSMV) e **Julianna Joanna Carvalho Moraes de Campos Baldin** (CCBS); da Representante dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação: **Gabriela Silva Cerqueira**; e da Participante Convidada: **Fernanda Cristina de Oliveira Franco** - Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito; para tratarem da seguinte pauta: 1) **Informes**; 2) **Apreciação das Atas da CEAA**: a) **Ata da 37ª Reunião Ordinária da CEAA, de 25 de julho de 2024**; b) **Ata da 23ª Reunião Extraordinária da CEAA, de 29 de julho de 2024**; c) **Ata da 38ª Reunião Ordinária da CEAA, de 27 de agosto de 2024**; d) **Ata da 39ª Reunião Ordinária da CEAA, de 24 de outubro de 2024**; 3) **Apreciação de Atos - Declarações Ad Referendum à CEAA**: a) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 098, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – Aprova o EDITAL PROAE/UFOB Nº 08/2024 - AUXÍLIO SAÚDE MENTAL TEMPORÁRIO GRADUAÇÃO**; Considerando a importância da disponibilização de auxílio para custear tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, realizados por profissionais com respectivo registro no Conselho Profissional, a estudantes de cursos presenciais de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia; Considerando a observância das exigências da Lei nº 14.914/2024 (PNAES), e da Política Institucional de Assistência Estudantil; Considerando a **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FISCAL Nº 110 / 2024 - CPO**, assinada pelo Magnífico Reitor, Jacques Antonio de Miranda; Considerando disponibilidade orçamentária e financeira e os prazos para finalização do exercício 2024; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROAE, Processo 23520.011551/2024-19; b) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 099, DE 08 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 01/2025 – Edital Normativo do Processo Seletivo SiSU/UFOB 2025**; Considerando a observância das exigências do Edital SESu/MEC nº 29, de 22 de novembro de 2024 e do Edital SESu/MEC nº 35, de 23 de dezembro de 2024; Considerando o Termo de Adesão à Edição de 2025 do Sistema de Seleção Unificada – SISU firmado entre a UFOB e a Secretaria de Educação Superior - SESu do Ministério da Educação - MEC, assinado em 02 de janeiro de 2025; Considerando o disposto na Portaria MEC nº 18/2012 e suas alterações e na Portaria MEC nº 21/2012 e suas alterações;



Considerando o disposto na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, de 03 de dezembro de 2021 (Regulamento de Ensino de Graduação da UFOB) e suas atualizações e na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, de 29 de setembro de 2022 e suas atualizações; Considerando as orientações do Ofício Circular nº 03/2024/CGPOL/DIPPES/SESU-MEC; Considerando que o Edital tem previsão de publicação no dia 09 de janeiro de 2025, conforme o cronograma do SiSU que tem previsão de início das inscrições no dia 17 de janeiro de 2025 e período de matrícula da Chamada Regular de 28 a 31 de janeiro de 2025; Considerando os prazos para resolução da situação; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000094/2025-18; c) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 100, DE 08 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 – Edital Normativo do Processo Seletivo Ações Afirmativas para ingresso em cursos de graduação nas modalidades Bacharelado – formação profissional e Licenciatura, 2025; Considerando a observância das exigências da Lei 12.711/2012 – Lei de Cotas e da Portaria MEC nº 18/2012 e suas alterações – que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino; Considerando o disposto na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, de 29 de setembro de 2022 e suas atualizações e na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 019, de 2022 e suas atualizações; Considerando as decisões emanadas do Conselho Universitário sobre a distribuição das vagas dos cursos de graduação e seus processos seletivos para ingresso em 2025; Considerando que o Edital tem previsão de publicação no dia 09 de janeiro de 2025, conforme cronograma disponível no Anexo III, com previsão de início das inscrições no dia 17 de janeiro de 2025; Considerando os prazos para resolução da situação; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000158/2025-72; d) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 101, DE 15 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 - Normativo do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas em Cursos de Graduação reservadas às Ações Afirmativas da UFOB 2025; Considerando a necessidade de adequação e inclusão de dispositivos relacionados à modalidade AF4, conforme o inciso VII do Art. 9º e o inciso IV do § 2º do Art. 33 da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 019/2024 e suas alterações, bem como de organização da redação contida no subitem 10.9; Considerando que o SIGPS não estará disponível para uso no período de inscrição e que o sistema a ser utilizado para solicitação de inscrição (LimeSurvey) permite à pessoa interessada o envio de mais de uma solicitação de inscrição em seu nome; Considerando que no processo seletivo será aceita apenas a solicitação de inscrição mais recente que atenda às regras do processo seletivo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000158/2025-72; e) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 102, DE 15 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 - Programa de Monitoria de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB; Considerando o Modelo do Edital do Programa de Monitoria de Ensino da UFOB aprovado por meio do ATO DECISÓRIO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 167/2023; Considerando a necessidade de atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA



PROPGP/PROGRAD/PROEC/CEUA Nº 01/2024, que estabelece as orientações e normas a serem seguidas pelos servidores no exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a submissão de projetos de atividades de ensino, desenvolvimento de recursos didáticos, pesquisa, extensão e coleções biológicas que envolvam o uso de animais do filo Chordata, subfilo Vertebrata, à Comissão de Ética no Uso Animal da Universidade Federal do Oeste da Bahia – CEUA/UFOB, exceto seres humanos; Considerando os projetos de monitoria de ensino vinculados aos componentes curriculares que abordam os animais do filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto humanos, que devem ser submetidos à Comissão de Ética no Uso de Animais para apreciação e aprovação do projeto antes da implementação da monitoria; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000175/2025-18; 4) Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Curso de Bacharelado em Direito, vinculado ao Centro das Humanidades – CEHU, Processo 23520.011422/2024-12, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves – (Documentos complementares: Processo 23520.010207/2017-75); 5) Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de alteração da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012/2022, que dispõe sobre a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE, vinculada à PROAE, Processo 23520.009502/2021-65, Relatora: Conselheira Aurizangela Oliveira de Sousa; 6) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de Alteração do Modelo de EDITAL PROAE/UFOB de Avaliação Socioeconômica das(os) Estudantes Candidatas(os) e Concessão de Auxílio da Assistência Estudantil, encaminhada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – Proae, Processo: 23520.012957/2022-49, Relator: Conselheiro Luís Gustavo Henriques do Amaral; 7) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução do Programa de Apadrinhamento de Estudantes em Mobilidade Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGP, Processo 23520.009290/2024-69, Relator: Conselheiro Thiago Ribeiro Rafagnin. Havendo *quórum*, o Senhor Presidente, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 42ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Fez uma breve explanação sobre o fluxo e funcionamento das Câmaras e rotinas a serem seguidas pelos conselheiros. Projetou apresentação detalhada da composição da Câmara e fluxos seguidos. Em seguida, considerando que estava no exercício da Reitoria e em reunião da Andifes, passou a condução da reunião para a Vice-Presidente da Câmara, Aurizangela Oliveira de Sousa, e se retirou da reunião às oito horas e quarenta e cinco minutos. Com a palavra, a **Vice-Presidente da Câmara, Aurizangela Sousa** cumprimentou a todos e passou ao primeiro ponto da pauta: 1) **Informes**. A conselheira **Adma Chaves** informou e fez esclarecimentos sobre a realização dos processos seletivos da UFOB, realizados pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD. Registrou que do dia 17 ao dia 21/01/25 estiveram abertas as inscrições para o Sisu e para o Edital de Ações Afirmativas. Que o Ministério da Educação – MEC lançou na véspera do Sisu o Programa Pé-de-meia para os estudantes das licenciaturas, que faz parte do Programa Mais Professores. Não havendo mais



informes, a Vice-Presidente Aurizangela Sousa passou à apresentação do segundo ponto da pauta: 2) **Apreciação das Atas da CEAA: a) Ata da 37ª Reunião Ordinária da CEAA, de 25 de julho de 2024; b) Ata da 23ª Reunião Extraordinária da CEAA, de 29 de julho de 2024; c) Ata da 38ª Reunião Ordinária da CEAA, de 27 de agosto de 2024; d) Ata da 39ª Reunião Ordinária da CEAA, de 24 de outubro de 2024.** A Vice-Presidente Aurizangela Sousa esclareceu que as contribuições encaminhadas à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior já haviam sido inseridas às Atas e consultou se havia mais algum questionamento e/ou contribuição. Não havendo mais contribuições, a Senhora Vice-Presidente submeteu ao regime de votação as Atas da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade à pauta, a Vice-Presidente passou à apresentação do terceiro ponto da pauta: 3) **Apreciação de Atos - Declarações Ad Referendum à CEAA: a) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 098, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – Aprova o EDITAL PROAE/UFOB Nº 08/2024 - AUXÍLIO SAÚDE MENTAL TEMPORÁRIO GRADUAÇÃO; Considerando a importância da disponibilização de auxílio para custear tratamento psicológico e/ou psiquiátrico, realizados por profissionais com respectivo registro no Conselho Profissional, a estudantes de cursos presenciais de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia; Considerando a observância das exigências da Lei nº 14.914/2024 (PNAES), e da Política Institucional de Assistência Estudantil; Considerando a DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FISCAL Nº 110 / 2024 - CPO, assinada pelo Magnífico Reitor, Jacques Antonio de Miranda; Considerando disponibilidade orçamentária e financeira e os prazos para finalização do exercício 2024; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROAE, Processo 23520.011551/2024-19; b) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 099, DE 08 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 01/2025 – Edital Normativo do Processo Seletivo SiSU/UFOB 2025; Considerando a observância das exigências do Edital SESu/MEC nº 29, de 22 de novembro de 2024 e do Edital SESu/MEC nº 35, de 23 de dezembro de 2024; Considerando o Termo de Adesão à Edição de 2025 do Sistema de Seleção Unificada – SISU firmado entre a UFOB e a Secretaria de Educação Superior - SESu do Ministério da Educação - MEC, assinado em 02 de janeiro de 2025; Considerando o disposto na Portaria MEC nº 18/2012 e suas alterações e na Portaria MEC nº 21/2012 e suas alterações; Considerando o disposto na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, de 03 de dezembro de 2021 (Regulamento de Ensino de Graduação da UFOB) e suas atualizações e na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, de 29 de setembro de 2022 e suas atualizações; Considerando as orientações do Ofício Circular nº 03/2024/CGPOL/DIPPES/SESU-MEC; Considerando que o Edital tem previsão de publicação no dia 09 de janeiro de 2025, conforme o cronograma do SiSU que tem previsão de início das inscrições no dia 17 de janeiro de 2025 e período de matrícula da Chamada Regular de 28 a 31 de janeiro de 2025; Considerando os prazos para resolução da situação; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000094/2025-18; c) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 100, DE 08 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 – Edital Normativo do Processo Seletivo Ações Afirmativas para ingresso em cursos de graduação nas**



modalidades Bacharelado – formação profissional e Licenciatura, 2025; Considerando a observância das exigências da Lei 12.711/2012 – Lei de Cotas e da Portaria MEC nº 18/2012 e suas alterações – que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino; Considerando o disposto na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, de 29 de setembro de 2022 e suas atualizações e na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 019, de 2022 e suas atualizações; Considerando as decisões emanadas do Conselho Universitário sobre a distribuição das vagas dos cursos de graduação e seus processos seletivos para ingresso em 2025; Considerando que o Edital tem previsão de publicação no dia 09 de janeiro de 2025, conforme cronograma disponível no Anexo III, com previsão de início das inscrições no dia 17 de janeiro de 2025; Considerando os prazos para resolução da situação; e Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000158/2025-72; d) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 101, DE 15 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 - Normativo do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas em Cursos de Graduação reservadas às Ações Afirmativas da UFOB 2025; Considerando a necessidade de adequação e inclusão de dispositivos relacionados à modalidade AF4, conforme o inciso VII do Art. 9º e o inciso IV do § 2º do Art. 33 da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 019/2024 e suas alterações, bem como de organização da redação contida no subitem 10.9; Considerando que o SIGPS não estará disponível para uso no período de inscrição e que o sistema a ser utilizado para solicitação de inscrição (LimeSurvey) permite à pessoa interessada o envio de mais de uma solicitação de inscrição em seu nome; Considerando que no processo seletivo será aceita apenas a solicitação de inscrição mais recente que atenda às regras do processo seletivo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000158/2025-72; e) DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 102, DE 15 DE JANEIRO DE 2025 – Aprova o EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 02/2025 - Programa de Monitoria de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB; Considerando o Modelo do Edital do Programa de Monitoria de Ensino da UFOB aprovado por meio do ATO DECISÓRIO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 167/2023; Considerando a necessidade de atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROPGP/PROGRAD/PROEC/CEUA Nº 01/2024, que estabelece as orientações e normas a serem seguidas pelos servidores no exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a submissão de projetos de atividades de ensino, desenvolvimento de recursos didáticos, pesquisa, extensão e coleções biológicas que envolvam o uso de animais do filo Chordata, subfilo Vertebrata, à Comissão de Ética no Uso Animal da Universidade Federal do Oeste da Bahia – CEUA/UFOB, exceto seres humanos; Considerando os projetos de monitoria de ensino vinculados aos componentes curriculares que abordam os animais do filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto humanos, que devem ser submetidos à Comissão de Ética no Uso de Animais para apreciação e aprovação do projeto antes da implementação da monitoria; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.000175/2025-18. Feitas as justificativas e esclarecimentos, a Vice-Presidente Aurizangela Sousa passou a palavra aos Conselheiros para suas



manifestações. Não havendo dúvidas e/ou contribuições, a **Senhora Vice-Presidente** submeteu ao regime de votação as **Declarações Ad Referendum** à Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, a Vice-Presidente passou ao quarto ponto da pauta: **4) Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Curso de Bacharelado em Direito, vinculado ao Centro das Humanidades – CEHU, Processo 23520.011422/2024-12, Relatora: Conselheira Adma Kátia Lacerda Chaves – (Documentos complementares: Processo 23520.010207/2017-75).** A **Vice-Presidente Aurizangela Sousa** deu boas-vindas à Participante convidada: **Fernanda Cristina de Oliveira Franco** - Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito, e lhe passou a palavra para breve explanação sobre o curso. A convidada **Fernanda Franco** cumprimentou a todos e apresentou os principais pontos quanto à reestruturação do curso. Fez uma breve contextualização de todo processo de construção do PPC do curso de Direito. Lembrou que o tema do PPC no curso é recorrente há muitos anos. Colocou o contexto de criação do PPC que logo ficou desalinhado às Novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Direito. Em 2022 o curso recebeu uma avaliação do MEC que apontou problemas, sobretudo o excesso de carga horária prática além do permitido pela normativa, o que levou o curso a entrar na situação de protocolo de compromisso no MEC. Basicamente o novo PPC foi reestruturado para que a nova Matriz Curricular atendesse às novas normativas. Expôs algumas outras mudanças realizadas no PPC, inclusões e mudanças que foram citadas brevemente. Concluída a apresentação, a Convidada se colocou à disposição dos conselheiros e conselheiras para esclarecimentos e para escutar atentamente o Parecer da Relatora. Em seguida, a **Senhora Vice-Presidente Aurizangela Sousa** passou à palavra à Relatora para apresentação do Parecer. A conselheira **Adma Chaves** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a proposta de Reestruturação do PPC do Curso de Direito pretende adequar o Projeto Pedagógico do Curso para o atendimento aos normativos legais mais recentes sobre as Diretrizes curriculares nacionais do curso (Resolução CNE nº 05/2018 e suas alterações), a Integralização Curricular da Extensão, e demais normativos e documentos orientadores institucionais. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) alterar no item de identificação do corpo diretivo da UFOB, fl. 1.125 do processo: i. os nomes dos seguintes pró-reitores, tendo vista novas nomeações para os cargos, ficando a redação da seguinte forma: **ANDERSON BRENO SOUZA** Pró-Reitor de Extensão e Cultura, **UILIAM RANGEL AMORIM SOUSA** Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação; ii. Retirar os nomes e funções abaixo, visto que já foram representados pela Pró-Reitoria de Graduação, **GUSTAVO ROBERTO VILLAS BOAS** Coordenador de Ensino de Graduação, **JOUBERT LIMA FERREIRA** Gestor do Núcleo de Planejamento Curricular; b) Retirar do último parágrafo do item 1. Introdução, f.1130 do processo, a citação da “Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB))”, tendo em vista que a resolução não vigora mais; c) Corrigir no 4º parágrafo do item 2.1 Histórico da Instituição, fl. 1132 do processo, a citação do nome da UFOB. O texto é sobre a UFBA, neste caso, o nome da universidade ficou trocado e deve ser citado o nome da UFBA; d) Acrescentar no item Turno, do item 2.3. Identificação do Curso, fl.1139 do processo, o detalhamento **VESPERTINO/NOTURNO**, após o termo **INTEGRAL**, considerando que é assim que aparece para o público no termo de adesão do SISU com dados alimentados pelo e-mec;



e) Acrescentar ao quadro de oferta de cursos de Direito em Instituições Públicas na Bahia, fl. 1142 do processo, os seguintes cursos de Direito criados após 2017, e suas distâncias em km: Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB – Porto Seguro, Universidade do Estado da Bahia -UNEB Campus Brumado, Universidade do Estado da Bahia -UNEB Campus Guanambi, Universidade do Estado da Bahia -UNEB Campus Itaberaba; f) Corrigir no item 4.2. Objetivos específicos, fl. 1.145 do processo, tendo em vista que cada objetivo deve estar alinhado com o perfil do egresso, com a execução da matriz curricular e com as atividades complementares e de extensão: i. Desmembrar do objetivo 3 as ações de mobilidade acadêmica previstas como objetivos do curso, considerando que: um objetivo iniciando com o verbo propiciar deve contemplar a formação de todos os estudantes e os programas de mobilidade acadêmica não dão cobertura a todos os estudantes de um curso. O objetivo poderá ser descrito como “incentivar experiências a partir de vivências em outros contextos educacionais e profissionais, a partir de programas de mobilidade acadêmica”. Programa será descrito na lista de programas institucionais dos quais os estudantes do curso podem participar, mas não de forma obrigatória, ficando a redação da seguinte forma: 3. Propiciar aos/as a utilização e desenvolvimento de tecnologias jurídicas apropriadas para sua devida inserção no mercado de trabalho. 9. Incentivar a vivência de experiências formativas em outros contextos educacionais e profissionais, a partir de participação em programas de mobilidade acadêmica; g) Acrescentar no item 5. Caracterização acadêmico-profissional do egresso, fl. 1.146 do processo: i. No final do 1º parágrafo, dando continuidade ao texto, para salientar que as competências e habilidades estão em consonância com a DCN do Curso de Direito (2018), ficando a redação da seguinte forma: ii. “O Curso de Graduação em Direito da UFOB deverá ser capaz de formar sujeitos que revelem competências e capacidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares nacionais do curso de Direito (2018 e suas alterações), como:” iii. Acrescentar como último item das competências e habilidade do egresso, fl. 1.147 do processo, o desenvolvimento da habilidade descrita no inciso XIII do Art. 4º da DCN de 2018 e articulando com o objetivo específico nº 4 do curso, ficando a redação da seguinte forma: Desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e; h) Excluir no item 7. Marcos Regulatórios, a partir da fl. 1.149 do processo, as seguintes normativas já revogadas e consolidadas em outras já citadas, principalmente, no Regulamento de Ensino de Graduação: PARECER Nº 55/2004, APROVADO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2004 - CNE/CES; PARECER Nº 211/2004, APROVADO EM 08 DE JULHO DE 2004 - CNE/CES; RESOLUÇÃO Nº 09, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004 - CNE/CES; PARECER Nº 150/2013, APROVADO EM 05 DE JUNHO DE 2013 - CNE/CES; RESOLUÇÃO Nº 001, DE 14 DE JULHO DE 2014 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 002, DE 14 DE JULHO DE 2014 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 004, DE 18 DE AGOSTO DE 2014 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 09 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 004/2015, DE 30 DE JANEIRO DE 2015 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 009, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 008, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 010, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE JUNHO DE 2016 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 002, DE 26 DE AGOSTO DE 2016 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 003, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 004, 23 DE NOVEMBRO DE 2016 - UFOB/CONEPE;



RESOLUÇÃO NO 03, DE 14 DE JULHO DE 2017 - CNE/CES; RESOLUÇÃO NO 003, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO NO 007, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO NO 001, DE 01 DE MARÇO DE 2018 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO NO 002, DE 03 DE MAIO DE 2018 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 003 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018 - UFOB / CONEPE; RESOLUÇÃO NO 005, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 - UFOB/CONEPE; RESOLUÇÃO Nº 008, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021 - CEAA/CONSUNI/UFOB; RESOLUÇÃO Nº 002, DE 22/04/2021 (REPETIDA NO TEXTO) - CPECC/CONSUNI/UFOB; i) Corrigir no Item 8. Organização curricular, os seguintes aspectos: i. Representar a hora-relógio com a letra “h” em todos os valores referentes a hora, visando a uniformização para evitar interpretações equivocadas das cargas horárias; ii. Indicar a carga horária das Atividades Curriculares Complementares como 200h; iii. Incluir, na linha da Carga Horária Total, o valor total da carga horária do curso em horas aula, ficando o valor de 4.466,4 h/a. iv. Corrigir, na fl. 1.163, a citação de Atividades Acadêmicas Complementares (ACC) por Atividades Curriculares Complementares (ACC); v. Indicar que a carga horária das Atividades Curriculares Complementares (ACC) é em horas: 200h; vi. Corrigir o formato do quadro indicador da carga horária do eixo Trabalho de Conclusão de Curso, ficando da seguinte forma: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I - Carga horária (h/a): 90; Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II - Carga horária (h/a): 150; vii. Inserir o quadro indicador da carga horária do eixo Atividades de Extensão, ficando da seguinte forma: Atividades de Extensão: Componente Curricular: Atividades de Extensão - Carga horária (h): 372; viii. Identificar no fluxograma os pré-requisitos e incluir a carga horária total em horas aula, 4.466,4 h/a; ix. No detalhamento da matriz curricular: a. Corrigir, no 1º semestre, os módulos teóricos e práticos dos estudantes do componente curricular CHU0001 Oficina de Leitura e Produção de Textos, com a indicação de módulo teórico com 30 estudantes e módulo prático com 15 estudantes; b. Retirar as observações dos códigos dos componentes curriculares do 2º semestre; c. Inserir os códigos dos componentes curriculares obrigatórios novos ou alterados; d. Corrigir, no 4º semestre, os módulos teóricos e práticos dos estudantes do componente curricular CHU0003 Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, com a indicação de módulo teórico com 30 estudantes e módulo prático com 15 estudantes; e. Corrigir, no 6º semestre, os módulos teóricos de todos os componentes teóricos de 4 estudantes para 45 estudantes, conforme os demais componentes curriculares teóricos; f. Uniformizar a formatação da matriz curricular; g. Inserir os códigos dos componentes curriculares optativos novos ou alterados; h. Escrever por extenso, no quadro de equivalência da matriz nova em relação à matriz antiga, 6º semestre, o nome do componente curricular citado como “DIP” – Direito Internacional Público; i. Corrigir no item 8.5 Núcleo de Práticas Jurídicas; j. Alterar, no item 8.5 Núcleo de Práticas Jurídicas, 1º parágrafo da fl. 1205, a citação da Resolução MEC n. 7/2018, passando a ser citada como Resolução CNE n. 7/2018 e a redação que possibilita a interpretação de que as atividades de extensão serão realizadas por meio dos componentes curriculares vinculados ao Núcleo de Práticas Jurídicas. Este entendimento encontra-se em desacordo com a Resolução conjunta CEAA/CPECC/CONSUNI/UFOB nº 01/2021, que trata da integralização curricular da extensão, e estabelece que as atividades extensionistas devem ser desenvolvidas como programas, projetos, cursos ou eventos. As atividades de extensão podem ser desenvolvidas a partir da identificação de demandas



sociais pelo NPJ. Todavia, não devem ser desenvolvidas por dentro dos componentes curriculares de práticas jurídicas. Assim, sugere-se a seguinte redação para os dois parágrafos. Nesse sentido, o NPJ contribuirá para implementar a política de curricularização da extensão prevista na Resolução CNE n. 7/2018, que prevê, entre suas diretrizes, a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior, em especial, com a identificação de demandas sociais a partir das práticas relacionadas aos direitos humanos e justiça, educação indígena, meio ambiente e educação étnico-racial com o objetivo de alcançar a interação dialógica da universidade com a sociedade por meio da troca de saberes, a promoção da interculturalidade e a formação cidadã dos estudantes, constituída pela vivência de seus conhecimentos, que poderão ser sistematizadas em ações extensionistas; k. Retirar, no item 8.5 Núcleo de Práticas Jurídicas, último parágrafo da fl. 1205, a citação sobre a estrutura organizacional do NPJ, tendo em vista que o corpo funcional (advogado, assistente social, secretaria executiva) não está completo e os demais parágrafos que abordam o tema na fl. 1207, evitando avaliações externas distorcidas sobre o NPJ; l. Alterar no item 8.5.1 o ANEXO B pelo ANEXO A, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; m. Retirar no item 8.5.1.1 Componentes Curriculares Obrigatórios de Práticas Jurídicas, final do primeiro parágrafo da fl. 1208 do processo, o trecho indicado abaixo, visto que o mesmo apresenta a concepção de que as atividades extensionistas podem ser realizadas por dentro dos componentes de práticas jurídicas. A Resolução conjunta CEAA/CPECC/CONSUNI/UFOB nº 01/2021, que trata da integralização curricular da extensão, e estabelece que as atividades extensionistas devem ser desenvolvidas como programas, projetos, cursos ou eventos. Além de que o formato prestação de serviços não está regulamentado na UFOB. Trecho a ser suprimido: ~~Igualmente, a prática jurídica real envolve a prestação de serviços não forenses à comunidade interna e externa por meio de ações de extensão articuladas à defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais;~~ n. Incluir no item 8.5.1.2 Estágio supervisionado não obrigatório, segundo parágrafo da fl. 1212, a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROPGP/PROPLAN Nº 01/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, norma institucional que possibilita o estágio remoto, e incluir a possibilidade de estágio com carga horária 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais quando realizados em períodos de recessos acadêmicos, ficando a redação da seguinte forma. Em síntese, o estágio supervisionado não obrigatório poderá ser desenvolvido de forma presencial ou remota/telepresencial, conforme Regulamento do NPJ e do Colegiado de Curso, e INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROPGP/PROPLAN Nº 01/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, e conta com orientação por Professor/a Orientador/a - o Coordenador/a de Estágio e do NPJ - e supervisão de profissional vinculado à parte concedente do estágio, instituição pública ou privada com a qual a universidade possua convênio de estágio, nos termos da Lei de Estágio. Além disso, o estágio poderá ser desenvolvido com carga horária 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais quando realizados em períodos de recessos acadêmicos; o. Incluir no último parágrafo do item 8.5.1.2 Estágio supervisionado não obrigatório a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROPGP/PROPLAN Nº 01/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 que estabelece normas para o registro e realização de estágio nacional e internacional nos cursos de graduação da UFOB; p. Incluir como último parágrafo do item 8.5.1.2 Estágio supervisionado não obrigatório a seguinte informação: “O regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas encontra-se disponível no Anexo B”; q.



Alterar, no último parágrafo do item 8.6 Trabalho de conclusão de Curso, o ANEXO A pelo ANEXO B, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; r. Corrigir no segundo parágrafo do item 8.7. Atividades Curriculares Complementares a inversão de “Complementares Curriculares” por “Curriculares Complementares”, afim de que o nome fique correto; s. Incluir como último parágrafo do item 8.7. que o Barema de Atividades Curriculares Complementares está disponível no ANEXO C; t. Alterar, no terceiro parágrafo do item 8.8 Atividades de Extensão, o ANEXO C pelo ANEXO D, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; j) No item 9. Marcos Teóricos-Metodológicos: i. Explicitar, no item 9.3, as metodologias ativas utilizadas na integração teoria e prática, para além do estudo de caso, conforme indicado no inciso VI do Art. 2º da Resolução CNE nº 05/2018; k) Acrescentar no título do item 10. Políticas de acessibilidade, o termo inclusão, ficando o título da seguinte forma: 10. POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO, conforme indicado no documento Textos Institucionais ou sugestões de textos para os PPCs, com base na análise técnica de 10 PPCs e nas recomendações da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas (fl. 1606 do processo); l) No item 11. AVALIAÇÃO: i. Acrescentar, no item 11.1 Avaliação da aprendizagem, instrumentos de coleta de dados para fins de avaliação da aprendizagem a partir da utilização de metodologia ativas, como indicado pela DCN de 2018; ii. Suprimir, no item 11.2 Avaliação de Curso, fl. 1239 do processo, o inciso VI – participação por adesão, tendo em vista que o inciso foi revogado pela RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 025, de 2023. E no parágrafo logo abaixo do referido inciso, suprimir a frase: Os sujeitos participam por adesão, configurando ato voluntário de quem quer contribuir com a geração de informações sobre o curso; m) No APÊNDICE D, fl. 1400: i. Acrescentar o termo Institucionais, ficando o título da seguinte forma: PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS; ii. Retirar o Programa Pré-Enem, considerando que o mesmo não se encontra em execução; n) Atualizar o texto do APÊNDICE E – PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE, fl. 1403, conforme texto institucional disponível no ANEXO aa – PROGRAMAS E PROJETOS DE ATENDIMENTO ESTUDANTIL do documento Textos Institucionais ou sugestões de textos para os PPCs, com base na análise técnica de 10 PPCs e nas recomendações da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas (fl. 1619 do processo). O texto inicial está correto, mas os quadros contendo os programas não estão atualizados no PPC; o) Acrescentar como APÊNDICE F a seguinte temática: APÊNDICE F – PROGRAMAS E AÇÕES AFIRMATIVAS, conforme texto institucional disponível no do documento Textos Institucionais ou sugestões de textos para os PPCs, com base na análise técnica de 10 PPCs e nas recomendações da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas (fl. 1621 do processo). O Apêndice F – Infraestrutura passa a ser o Apêndice G; p) Retirar do APÊNDICE G – INFRAESTRUTURA, antigo apêndice F, o quadro sobre a Infraestrutura do núcleo de práticas jurídicas (fls. 1407 a 1413), contendo a descrição dos espaços e mobiliários. O documento pode ser disponibilizado a parte para a comissão de avaliação *in loco*, com os itens disponíveis. Demandas de aquisição devem ser apresentadas pelo colegiado do curso e NDE à direção da unidade universitária; q) Trocar a posição do ANEXO B - Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas para que este passe a ser o ANEXO A, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; r) Trocar a posição do ANEXO A - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para que este passe a ser o ANEXO B, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; s) Corrigir, no agora Anexo B - Regulamento do



Trabalho de Conclusão de Curso o inciso IV do Art. 11 quando faz referência a enviar ao lançamento das respectivas notas no SIGAA. Sendo o TCC um componente curricular do tipo atividade a nota do mesmo deve ser lançada pela coordenação do curso, ficando a redação da seguinte forma: IV. Enviar à Coordenação de TCC o parecer de avaliação de TCC I e a Ata de defesa de TCC II para lançamento das respectivas notas no SIGAA; t) Criar o ANEXO C como ANEXO C – Barema das Atividades Curriculares Complementares (colocar a Resolução do CEHU com o barema), seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; u) Trocar a posição do ANEXO C – Resolução sobre Atividades de Extensão para que este passe a ser o ANEXO D, seguindo a ordem de apresentação dos anexos no texto; v) No ANEXO D – Resolução sobre Atividades de Extensão: i. Retirar no art. 7º, a referência aos programas PIBID e Residência Pedagógica, considerando que estes são programas voltados às licenciaturas e que, portanto, não são acessados por estudantes dos cursos de bacharelado, ficando a redação da seguinte forma: Art. 7º As Atividades de Extensão realizadas de forma vinculada aos Programas Institucionais que articulam ensino, pesquisa e extensão, como Programa Educação Tutorial - PET, e outros de iniciativa interna, podem ter sua carga horária aproveitada desde que essas ações estejam registradas no órgão de Extensão e que a carga horária não seja considerada com duplicidade em outros aproveitamentos. ii. Revisar no Art. 9º o número mínimo de estudantes, por projeto anual de extensão proposto por docente, compreendendo a necessidade de integralização curricular de todos os estudantes do curso; w) Excluir o ANEXO D - POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO/UFOB tendo em vista que não há previsão para este um regulamento e não há sistema de operacionalização descrito no mesmo. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às recomendações, a Relatora manifestou parecer favorável à aprovação da Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Concluída a apresentação do Parecer, a **Vice-Presidente Aurizangela Sousa** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. A convidada **Fernanda Franco** agradeceu à Relatora pelo parecer e indicações. Informou que, pelos dados apresentados no PPC, o curso está com 400 h/relogio de prática, mais 200 horas de ACC, que totalizam 600 horas (prática + ACC). Isso corresponde a 16,12% (dezesseis inteiros e doze centésimos por cento) da carga horária total (em hora relógio), o que está consoante com as DCN do curso (*“Art. 13. O curso de graduação terá até 20% de sua carga horária destinada às atividades complementares e de prática jurídica”*). Apresentou as cargas horárias e justificou como foi feita a distribuição conforme orientações recebidas e solicitou indicar no parecer como devem ser disponibilizadas as cargas horárias. A Relatora **Adma Chaves** acolheu o pedido e informou que fará a indicação da carga horária no quadro resumo. O conselheiro **Thiago Rafagnin** parabenizou e agradeceu à Relatora pelo parecer e destacou o trabalho relevante que a PROGRAD tem feito na orientação de alteração de PPCs, em especial a Profª Adma Chaves e o Profº Gustavo Vilas Boas. Agradeceu também à Profª Fernanda Franco e às pessoas docentes envolvidas no árduo trabalho de modificação do PPC. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pela Relatora, quais sejam: a) Alterar no Quadro Resumo das Cargas Horárias Total do Curso, fl. 1176 do processo, a posição de indicação da coluna referente aos 50 min (h/a) pela coluna 60 min (h) que estão trocadas. Os valores das cargas horárias estão corretos, basta trocar a indicação da seguinte forma: Componentes curriculares: Componentes curriculares obrigatórios; Carga Horária: 50min (h/a) – 3090, 60min (h) –



2575; Percentual: 60min (h) - 69,19%; b) Acrescentar, na fl. 1176 do processo, após o Quadro Resumo das Cargas Horárias Total do Curso, um quadro indicando o percentual de carga horária prática do curso, da seguinte forma: Componente Curricular: ACC, Carga Horária Prática: 50min (h/a) - -, 60min (h) - 200 h, Percentual - 5,37%; Componente Curricular: Práticas Jurídicas, Carga Horária Prática: 50min (h/a) - 240 h/a, 60min (h) - 200 h, Percentual - 5,37%, = 10,74%; Componente Curricular: Oficinas, Carga Horária Prática: 50min (h/a) - 120 h/a, 60min (h) - 100 h, Percentual - 2,68%; Componente Curricular: Metodologia da pesquisa jurídica II, Carga Horária Prática: 50min (h/a) - 15 h/a, 60min (h) - 12,5 h, Percentual - 0,33%; Componente Curricular: TCC, Carga Horária Prática: 50min (h/a) - 90 h/a, 60min (h) - 75 h, Percentual - 2,01%, = 5,02%; Total: 60min (h) - 587,5 h, Percentual - 15,76%, = 15,76%. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, a Senhora Vice-Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Relatora referente à Proposta de Reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso – PPC do Curso de Bacharelado em Direito, vinculado ao Centro das Humanidades – CEHU, Processo 23520.011422/2024-12, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Vice-Presidente passou à apresentação do quinto ponto da pauta: 5) **Apreciação do Parecer da Relatora referente à Proposta de alteração da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012/2022, que dispõe sobre a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE, vinculada à PROAE, Processo 23520.009502/2021-65, Relatora: Conselheira Aurizangela Oliveira de Sousa.** A Vice-Presidente Aurizangela Sousa passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia, apresentada na RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012, de 19 de maio de 2022, foi proposta considerando, entre outros documentos, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Esse programa foi instituído como Política Nacional a partir da Lei 14.914, de 03 de julho de 2024, tendo a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. Diante desse documento, faz-se importante a revisão da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012/2022 para atualização do conteúdo e ajuste do normativo. Assim, o documento enviado pela DIRAE, composto por oito (08) sugestões de modificação, em conjunto com a totalidade do processo, foi avaliado quanto a pertinência para o alinhamento da Política Institucional de Assistência Estudantil da UFOB com a Lei do PNAES, recentemente publicada. Registrou que não foram recebidas contribuições da comunidade para a elaboração do Parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) excluir da parte preliminar os elementos “Considerando [...]”, uma vez que se trata de redação de ato normativo e deve seguir o estabelecido no Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024; b) alterar o inciso II do Art 12, para atendimento ao Art. 6º da Lei 14.914, de 03 de julho de 2024, que estabelece os requisitos mínimos para participação dos estudantes no Programa de Assistência Estudantil – PAE, tendo a situação de vulnerabilidade socioeconômica determinada como renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 12. Para acesso ao Pafe os(as) estudantes devem atender prioritariamente os seguintes requisitos: I – [...]; II - comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica,



observado o limite de renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo; III – [...]; IV – [...]; e V – [...]; c) alterar o inciso II do Art 16, para aprimorar a definição do subsídio alimentação, a alteração viabilizará, com a execução dos editais institucionais específicos, o pagamento direto à empresa licitada, responsável pelo fornecimento das refeições no Restaurante Universitário – RU, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 16. O Restaurante Universitário tem como serviços: I – [...]; e II – Subsídio alimentação: consiste no acesso às refeições fornecidas no RU a estudantes de Graduação e Pós-Graduação, com valores subsidiados pela universidade; d) alterar o parágrafo 2º do Art 31, para permitir que estudantes que recebem auxílio financeiro emergencial e eventual, dada a sua condição de vulnerabilidade socioeconômica, possam ter direito a acumulá-lo com o auxílio e subsídio alimentação, passando a vigorar com a seguinte redação: Art. 31. Os auxílios e bolsas financeiras individuais que compõem a presente Política são: I - Auxílio-alimentação; II - Subsídio Alimentação; III - Auxílio Financeiro Emergencial e Eventual; IV - Auxílio Esporte e Lazer; V - Auxílio Financeiro; VI - Auxílio Interligar; VII - Bolsa Permanência; VIII - Bolsa Prodiscente; e IX - Bolsa de Apoio ao(a) Estudante de Pós-graduação. §1º [...]. §2º O auxílio listado no inciso III do art. 31, não poderá ser acumulado durante sua vigência, exceto com os auxílios listados nos itens I - Auxílio-alimentação e II - Subsídio Alimentação, sendo que o seu objetivo é atender a uma demanda de caráter transitório e imediato. §3º [...]; e) inserir o Parágrafo único à redação do Art 32, a inclusão atende ao § 3º do Art. 10 da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que diz que a bolsa permanência é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas e com outros auxílios destinados à assistência estudantil, passando a vigorar a seguinte redação: Art. 32. O(A) estudante pode ser selecionado(a) em mais de uma modalidade de auxílio ou estar recebendo bolsa de outros programas de agência oficial de fomento ou da própria instituição, não podendo exceder valor superior a 1 (um) salário mínimo vigente, à exceção dos(as) estudantes dos *campi* da UFOB que não tenham acesso a Restaurante Universitário, cujo valor não poderá ultrapassar 1,5 (um e meio) salário mínimo vigente. Parágrafo único. Estudantes contemplados com a Bolsa Permanência seguem normas específicas do programa e estão isentos dos limites de acúmulo mencionados no *caput*; f) alterar o inciso II do Art 40, visando atender ao inciso IV do Art 6º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que estabelece o limite de renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo para definição do integrante de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, passando a vigorar a seguinte redação: Art. 40. Os critérios acadêmicos e socioeconômicos inicialmente considerados para seleção dos auxílios e bolsas previstos nesta Política são: I – [...]; II - para estudantes de graduação e pós-graduação, comprovar renda *per capita* igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo vigente; III – [...]; e IV – [...]; g) inserir o parágrafo 3º à redação do Art 42, a inclusão visa permitir o atendimento ao estudante em vulnerabilidade socioeconômica que realizou a transferência de curso na instituição via Sistema de Seleção Unificada – SISu, passando a vigorar a seguinte redação: Art. 42. O prazo máximo para o recebimento de auxílio estudantil é o equivalente ao prazo médio para conclusão do curso de graduação. §1º [...]. §2º [...]. §3º O(A) estudante auxiliado(a) que mudar de curso via processo seletivo Sistema de Seleção Unificada - SISu poderá receber auxílio estudantil durante o prazo médio para a conclusão do novo curso, considerando a contabilização do tempo de recebimento de auxílio do curso anterior, desde que haja o atendimento dos critérios previstos no art. 40 e nos editais específicos; h) incluir o inciso III à redação do Art 46, a inclusão possibilitará que o estudante que,



por motivos de saúde, necessite trancar o curso por 01 (um) semestre tenha a suspensão do auxílio concedido por até 06 (seis) meses, passando à seguinte redação: Art. 46. O auxílio individual será suspenso: I – [...]: a) [...]; b) [...]; c) [...]; d) [...]; e e) [...]. II – [...]; III - se a pessoa estudante apresentar relatório médico indicando impossibilidade para desempenhar as atividades acadêmicas, seu auxílio será suspenso por até 06 (seis) meses. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às indicações, a Relatora recomendou a aprovação da solicitação de alteração da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012/2022, que dispõe sobre a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Concluída a apresentação do Parecer, a **Vice-Presidente Aurizangela Sousa** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Não havendo dúvidas e/ou contribuições, a **Senhora Vice-Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Relatora referente à Proposta de alteração da RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 012/2022, que dispõe sobre a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE, vinculada à PROAE, Processo 23520.009502/2021-65, que foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, passou a palavra ao Relator para apresentação do sexto ponto da pauta: **6) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de Alteração do Modelo de EDITAL PROAE/UFOB de Avaliação Socioeconômica das(os) Estudantes Candidatas(os) e Concessão de Auxílio da Assistência Estudantil, encaminhada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – Proae, Processo: 23520.012957/2022-49, Relator: Conselheiro Luís Gustavo Henriques do Amaral.** O conselheiro **Luís Amaral** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a nova proposição de alterações ao Modelo de Edital para identificar o perfil de vulnerabilidade socioeconômica de estudantes candidatos(as) à concessão de auxílios da assistência estudantil vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil foi elaborada considerando a recente publicação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que estabelece novas diretrizes para a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Que, conforme justificado pela DIRAE, as alterações foram propostas para adequar a norma interna da UFOB à legislação vigente, garantindo que as práticas institucionais de assistência estudantil estejam em conformidade com os novos marcos legais. Além disso, visam a conferir maior clareza ao edital e fortalecer o compromisso institucional com a permanência qualificada e o bem-estar dos estudantes. Por fim, esclareceu que não houve contribuições encaminhadas pela comunidade acadêmica durante a elaboração do Parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) alterar o subitem 3.2.1 do edital, uma vez que a etapa de Cadastro Único também é classificatória, pois inclui o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica, passando à seguinte redação: 3.2.1. Fase I – Cadastro Único: O preenchimento do Cadastro Único no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – (tutorial disponível no link: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) é pré-requisito para participação da(o) estudante neste edital. O Cadastro Único é um instrumento técnico-operativo que será usado no processo de conhecimento, análise e interpretação da situação social e econômica das(os) estudantes de graduação da UFOB, com a finalidade de gerar ranqueamento utilizando os indicadores do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da(o) estudante. A(o) estudante somente poderá preencher uma única vez o Cadastro Único no SIGAA, não sendo possível a sua edição após o preenchimento (Fase de caráter classificatório e



obrigatório); b) alterar a alínea a) do subitem 4.1 do edital, para atender ao inciso IV do artigo 6º da Lei nº 14.914/2024, que estabelece novos critérios de renda para estudantes de graduação, passando à seguinte redação: a. Renda per capita familiar de até 1 (um) salário mínimo; c) Remover o subitem 5.7.1 do edital, pois o texto referente ao Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica já expressa os agravantes e atenuantes, devendo o seguinte texto ser excluído: ~~5.7.1. Consideram-se agravantes sociais situações resultantes das expressões sociais decorrentes da violação de direitos, exclusão social, fragilidade de vínculos e preconceitos~~; d) Alterar o subitem 6.1 do edital, considerando que a assinatura do termo de compromisso é a última etapa do cronograma e determina o recebimento, ou não, do auxílio, passando à seguinte redação: 6.1. Este edital terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do resultado final pós assinatura do termo de compromisso, podendo ser prorrogado por até 1 (um) ano; e) Alterar o subitem 7.4 do edital, de modo a atender a modificação na ampliação do valor do auxílio alimentação pago aos estudantes dos *campi* fora de sede e detalhar a forma de concessão dos valores das refeições, passando à seguinte redação: 7.4. A categorização para distribuição e detalhamento da composição dos auxílios está apresentada nas tabelas a seguir, considerando que as(os) estudantes matriculadas(os) em cursos de graduação dos Centros Multidisciplinares fora de sede receberão auxílio alimentação equivalente ao valor de 1 (uma) refeição diária licitada para o Restaurante Universitário do Campus Reitor Edgard Santos. 7.4.1. O detalhamento da composição do auxílio apresentado na Tabela 2 e na Tabela 3 se baseia apenas no perfil de vulnerabilidade socioeconômica do IVS, não devendo ser objeto de glosa e/ou redução nos recessos acadêmicos. 7.4.2. O benefício referente ao investimento com as refeições não será contabilizado no valor mencionado no item 7.5. 7.4.3. Os valores dos auxílios e do quantitativo de refeições subsidiadas de maneira integral ou parcial serão definidos anualmente pela PROAE, de acordo com orçamento aprovado para o desenvolvimento da ação. 7.4.4. As(os) estudantes matriculadas(os) em cursos dos Centros Multidisciplinares fora de sede receberão auxílio alimentação em virtude de não possuírem Restaurante Universitário. 7.4.5. As(os) estudantes matriculadas(os) em cursos do campus Reitor Edgard Santos poderão, eventualmente, receber em pecúnia o valor do auxílio-alimentação equivalente a 01 (uma) refeição diária, referente aos dias letivos, exceto aos sábados, em caso de situações inesperadas que resultem na suspensão do funcionamento do Restaurante Universitário, desde que tal medida esteja em conformidade com a disponibilidade orçamentária. 7.4.6. O quantitativo de refeições diárias poderá ser revisado para adequação ao planejamento orçamentário da UFOB. 7.4.7. A(o) estudante com classificação em baixíssima vulnerabilidade socioeconômica, muito embora não receba auxílio em pecúnia, poderá participar de outras ações da Assistência Estudantil por atender os requisitos exigidos pelo PNAES; f) Remover os asteriscos (* e **) constantes das Tabelas 1, 2 e 3 do item 7 do edital, tendo em vista que os textos correspondentes foram inseridos nos subitens 7.4.2 a 7.4.7 do edital; g) Alterar a redação do subitem 7.6.2 do edital, considerando a alteração da nomenclatura utilizada para estudantes em lista de espera, passando à seguinte redação: 7.6.2. As(Os) estudantes classificadas(os) na lista de espera comporão a base de dados para participação em outros programas e serviços da PROAE; h) Alterar o texto do subitem 9.2 do edital, para atender ao disposto no parágrafo 4º do inciso V do artigo 10 da Lei nº 14.914/2024, que estabelece novos critérios de renda para estudantes de graduação, ficando a redação da seguinte forma: 9.2. Desde que não haja outros impedimentos legais, a(o) estudante pode ser selecionada(o) em mais de uma modalidade de auxílio ou estar recebendo bolsa de outros



programas de agência oficial de fomento ou da própria instituição, não podendo exceder valor superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo vigente, exceto no caso de estudantes indígenas e quilombolas; i) Alterar a redação do subitem 9.3 do edital, incluindo a bolsa Permanência na relação de bolsas acumuláveis com o auxílio regular, passando à seguinte redação: 9.3. A(O) estudante pode acumular auxílio do PAFE com bolsas acadêmicas do PIBIC, PIBID, PET, PIBITI, PRODISCENTE, Permanência, Monitoria de Ensino, Tutoria de Ensino, Programas de Extensão e Residência Pedagógica; j) Alterar o texto do subitem 10.3 do edital, de modo a atender ao inciso IV do artigo 6º da Lei nº 14.914/2024, que estabelece novos critérios de renda para estudantes de graduação, passando à seguinte redação: 10.3. Possuir renda *per capita* familiar de até 1 (um) salário mínimo nacional vigente; k) Incluir o subitem 12.1.1 no edital, com o objetivo de definir o período do ano em que serão consideradas as questões econômicas da(o) candidata(o) e do seu núcleo familiar, ficando o texto da seguinte forma: 12.1. A participação da(o) estudante-candidata(o) no processo de avaliação socioeconômica está condicionada ao envio completo dos documentos relacionados no item 12.5 e no Anexo II. 12.1.1. Para envio da documentação, os três últimos meses considerados neste edital são: janeiro, fevereiro e março de 20xx; l) Incluir, imediatamente após o subitem 12.2.1, um item para definir de forma mais clara o tipo de arquivo e a forma de inseri-los no sistema SIGAA, renumerando o subitem 12.2.2 como subitem 12.2.3, passando à seguinte redação: 12.2. O envio eletrônico dos documentos é de responsabilidade da(o) estudante, em versão legível e sem rasuras, somente no formato PDF, impreterivelmente nas datas informadas no item 16. 12.2.1. A(O) estudante deverá digitalizar toda a documentação a ser enviada, inserindo em arquivo PDF no respectivo campo do tipo de documento. 12.2.2. Documentos enviados em outros formatos que não PDF, bem como arquivos corrompidos, serão desconsiderados na análise. 12.2.3. Os formulários (Anexos I e III) COMPOSIÇÃO FAMILIAR e TERMO DE RESPONSABILIDADE deverão ser encaminhados individualmente no respectivo campo do envio de documentos; m) Inserir a categoria “Indeferido” na classificação dos resultados parcial e final apresentada no subitem 13.2 do edital, criando a alínea c), para definir o resultado daqueles que obtiverem parecer desfavorável no processo, passando à seguinte redação: 13.2. Os Resultados parcial e final serão classificados do seguinte modo: a) DEFERIDO: estudante com parecer favorável ao processo de avaliação socioeconômica, dentro do orçamento previsto. b) FILA DE ESPERA: estudante com parecer favorável ao processo de concessão, no entanto, por limitação do orçamento, estará inserido em uma lista de espera, podendo ter status atualizado para Deferido de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira. c) INDEFERIDO: estudante com parecer desfavorável ao processo de avaliação documental; n) Alterar a redação da alínea b) do subitem 13.2.1 do edital, para ampliar a descrição das situações em que fica impossibilitada a realização da análise documental, ficando o texto da seguinte forma: b) Documentação digitalizada de forma ilegível, desatualizada, fora do formato PDF e/ou arquivo corrompido; o) Alterar a redação da alínea c) do subitem 13.2.1 do edital, atendendo ao inciso IV do artigo 6º da Lei nº 14.914/2024, que estabelece novos critérios de renda para estudantes de graduação, passando à seguinte redação: c) Renda *per capita* familiar superior a 1 (um) salário mínimo nacional vigente; p) Alterar a redação do subitem 18.1 do edital, inserindo os incisos I e II, de modo a especificar as questões que incorrem em suspensão do auxílio financeiro regular e incluir, dentre elas, a situação de pendências em prestações de contas junto à UFOB, ficando o texto da seguinte forma: 18.1. O auxílio individual será suspenso



nas seguintes situações: I – quando a(o) estudante auxiliada(o) concluir um dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar da UFOB e reingressar em curso da grande área afim, que não se inicie no semestre subsequente, até que comprove matrícula ativa nos componentes do novo curso; II – quando a(o) estudante possuir pendências relacionadas à prestação de contas no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), sendo suspenso o auxílio até a devida regularização. A suspensão permanecerá vigente enquanto as pendências não forem resolvidas, e o restabelecimento do auxílio estará condicionado à comprovação da regularização junto à instituição; q) Adequar a redação do subitem 19.1 do edital, de modo a especificar a legislação que regulamenta a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, passando à seguinte redação: 19.1. O recurso financeiro destinado ao PAFE provém da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentada pela lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, custeado com o recurso do Orçamento da União, vinculado à conta da Ação Orçamentária 4002 (Assistência ao Estudante de Ensino Superior). Esse recurso é atualizado anualmente, a depender da disponibilidade; r) Alterar a redação do subitem 20.4 do edital, para tornar o texto mais claro e especificar que o prazo para abertura do processo de atualização socioeconômica será determinado pela PROAE, passando à seguinte redação: 20.4. Caso algum membro do núcleo familiar vier a falecer após a inscrição no processo do edital, deverá ser considerado na contagem do número de membros do núcleo familiar, sendo considerados os documentos enviados e, caso o membro possua renda, esta será considerada no cálculo de renda *per capita*. Após publicado o resultado final do edital, sendo deferida(o) no processo, a(o) estudante poderá solicitar a atualização socioeconômica para alterar essa questão, conforme prazo definido pela PROAE; s) Alterar a redação do subitem 20.13 do edital, para adequar o termo utilizado no caso das estudantes gestantes em exercício domiciliar, passando à seguinte redação: 20.13. Estudante em situação de exercício domiciliar por gestação, devidamente comprovada, que descumprir algum dos critérios estabelecidos neste edital, poderá solicitar a prorrogação do recebimento do auxílio financeiro por até mais 2 (dois) semestres, mediante abertura de processo no Colegiado do seu respectivo curso, solicitando Parecer Técnico do Serviço de Assistência Estudantil de seu campus, consultado o Colegiado do curso quando necessário; t) Alterar o texto do subitem 1 do Anexo II do edital, de modo a facilitar o entendimento sobre a documentação exigida, passando à seguinte redação: 1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DA(O) ESTUDANTE-CANDIDATA(O): I – RG; II – CPF; III – Histórico Escolar do ensino médio; IV – Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (física ou digital), para discente maior de 18 anos, contendo ou não registro de contrato de trabalho: a) Página de identificação, frente e verso; b) Página de registro do último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente. Caso o candidato não tenha registro de trabalho em sua CTPS, apresentar cópia das mesmas páginas em branco. V – Extratos bancários, de todas as contas correntes da(o) estudante, dos últimos três meses, contados a partir da data da solicitação. a) Os dados bancários da conta corrente para depósito do auxílio serão coletados dos dados lançados pela(o) estudante na sua página pessoal no SIGAA; b) O auxílio só poderá ser pago em conta corrente em nome da(o) própria(o) estudante; c) A conta indicada para depósito do auxílio não pode ser conta conjunta e nem conta poupança; d) A(O) estudante é responsável pela ativação da conta corrente, caso seja recém-criada; e) A ativação da conta é feita com o depósito de qualquer valor em dinheiro; u) Alterar a redação do subitem 2 do Anexo II do edital, de modo a facilitar o entendimento sobre a documentação exigida, passando à seguinte redação: 2.



DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE TODOS OS MEMBROS DO GRUPO FAMILIAR: I – RG; II – CPF; III – Certidão de nascimento (para membros do grupo familiar que não possuem RG); IV – Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (física ou digital), para todos os maiores de 18 anos, contendo ou não registro de contrato de trabalho: a) Página de identificação, frente e verso; b) Página de registro do último Contrato de Trabalho (se houver) e a página em branco subsequente. Caso o candidato não tenha registro de trabalho em sua CTPS, apresentar cópia das mesmas páginas em branco. V – Extratos bancários de todas as contas correntes de todos os membros do núcleo familiar, dos últimos três meses, contados a partir da data da solicitação. Caso algum membro do grupo familiar não possua conta corrente, entregar a declaração de que não é correntista (Subanexo I) ou declaração do sistema Registrato do Banco Central do Brasil, via site <https://www.bcb.gov.br/meubc/registrato>; v) Alterar a redação do subitem 3.3 do Anexo II do edital, para incluir o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH no rol dos transtornos que devem ser declarados, ficando o texto da seguinte forma: 3.3. Transtornos mentais, de aprendizagem, emocionais e/ou neurológicos: anorexia nervosa, ansiedade, bulimia nervosa, crise convulsiva, depressão, epilepsia, esquizofrenia, síndrome do pânico, transtorno alimentar, transtorno bipolar, transtorno de humor, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH; w) Alterar a redação do quadro contido no subitem 4 do Anexo II do edital, de modo a facilitar o entendimento sobre a documentação exigida para comprovação de renda do estudante e seu grupo familiar; x) Alterar a redação do quadro contido no subitem 4.2 do Anexo II do edital, de modo a facilitar o entendimento sobre os documentos obrigatórios a serem apresentados, bem como para suprimir documentos repetidos; y) Remover o Subanexo II do Anexo II do edital, que trata da declaração de isenção do imposto de renda de pessoa física, visto que este documento foi suprimido do quadro do item 4.2 do Anexo II (vide recomendação anterior), e renumerar os Subanexos III a IX do Anexo II, para adequar a numeração. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às recomendações, o Relator manifestou parecer favorável à aprovação da Proposta de Alteração ao Modelo de EDITAL PROAE/UFOB de Avaliação Socioeconômica das(os) Estudantes Candidatas(os) e Concessão de Auxílio da Assistência Estudantil. Concluída a apresentação do Parecer, a **Vice-Presidente Aurizangela Sousa** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **a Senhora Vice-Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de Alteração do Modelo de EDITAL PROAE/UFOB de Avaliação Socioeconômica das(os) Estudantes Candidatas(os) e Concessão de Auxílio da Assistência Estudantil, encaminhada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – Proae, Processo: 23520.012957/2022-49, que foi aprovado por unanimidade.** Na sequência, a Vice-Presidente passou a palavra ao Relator para a apresentação do sétimo ponto da pauta: **7) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução do Programa de Apadrinhamento de Estudantes em Mobilidade Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGP, Processo 23520.009290/2024-69, Relator: Conselheiro Thiago Ribeiro Rafagnin.** O conselheiro **Thiago Rafagnin** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a Proposta de Resolução que institui o Programa de Apadrinhamento de Estudantes em Mobilidade Acadêmica - PAEMOB na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB possui um elevado mérito e representa



um avanço significativo no fortalecimento da integração e do acolhimento de estudantes que se encontram em situação de mobilidade acadêmica. Ao propor a criação de um programa que visa apoiar esses estudantes, a UFOB reforça seu compromisso com a inclusão, com a diversidade cultural e com a promoção de um ambiente acadêmico acolhedor e integrador, valores essenciais para uma universidade pública e de qualidade. O PAEMOB oferece uma base sólida para o apoio social, cultural e acadêmico dos estudantes em mobilidade, promovendo uma experiência mais segura e enriquecedora, e contribuindo, assim, para o sucesso de sua passagem pela Instituição. Destacou que um ponto relevante era a necessidade de detalhar os critérios de seleção dos padrinhos/madrinhas, promovendo um processo transparente, justo e que valorize a competência e a motivação dos voluntários. Esse processo de seleção deve ser realizado por meio de edital específico e aberto a todos os interessados, de maneira que se garanta igualdade de oportunidades. Além disso, recomendou que a Diretoria de Relações Internacionais - DRI implemente um sistema de monitoramento e avaliação semestral do programa, o que permitirá ajustes contínuos para o aprimoramento do PAEMOB, contribuindo para a experiência e o bem-estar dos estudantes participantes. Mencionou que foi recebida uma contribuição da comunidade que já estava contemplada na proposta apresentada. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) estruturar o texto da resolução em capítulos claros e padronizados, como “Disposições Gerais”, “Dos Participantes”, “Das Atribuições das Unidades Envolvidas” e “Disposições Finais”, facilitando a consulta e o entendimento por parte dos leitores. Nessa senda, recomendo a estruturação nos seguintes termos: Capítulo I – Disposições Gerais (Artigos 1º ao 3º); Capítulo II – Dos Participantes (Artigos 4º ao 6º); Capítulo III – Das Atribuições das Unidades Envolvidas (Artigos 7º ao 9º); Capítulo IV – Disposições Finais (Artigos 10º e 11º); b) revisar o texto para incluir uma linguagem neutra em relação ao gênero, substituindo expressões binárias, como "padrinho/madrinha", por termos mais inclusivos, como "acompanhante" ou "acolhedor", sempre que apropriado. Essa adaptação está em consonância com o Decreto nº 9.296/2018 e promove um ambiente mais acolhedor e representativo; c) detalhar o processo seletivo dos padrinhos/madrinhas, especificando que será realizado por edital específico, com critérios claros, imparciais e acessíveis a todos os interessados, promovendo um processo justo e isonômico. Para detalhar o processo seletivo dos padrinhos/madrinhas de forma clara e imparcial, sugiro a criação de um novo artigo específico no Capítulo II – Dos Participantes, após o artigo que descreve o perfil dos padrinhos/madrinhas (Art. 4º). Esse novo artigo pode ser inserido como o Art. 5º, com a redação sugerida abaixo, e os demais artigos seriam renumerados para manter a sequência lógica. “Art. 5º O processo seletivo dos padrinhos/madrinhas do PAEMOB será realizado por meio de edital específico, elaborado e publicado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI), devendo obedecer aos seguintes critérios: I - Definição clara dos critérios de seleção, estabelecendo requisitos mínimos para a participação, incluindo período mínimo de graduação ou pós-graduação exigido e experiência relevante, se aplicável; II - Garantia de um processo seletivo imparcial e transparente, com critérios objetivos que permitam uma avaliação justa dos interessados; III - Divulgação ampla e acessível do edital, garantindo que todos os estudantes interessados possam participar do processo seletivo em condições de igualdade; IV - Promoção de um processo isonômico, assegurando que nenhum candidato seja favorecido ou prejudicado por razões que não estejam objetivamente previstas no edital.” Essa nova redação detalha o processo seletivo, enfatizando a imparcialidade, transparência e



889 acessibilidade, promovendo um processo justo e isonômico. Além disso, a inclusão no
890 Capítulo II – Dos Participantes facilita a consulta direta pelos interessados; d) estabelecer
891 uma cláusula de monitoramento e avaliação semestral do PAEMOB, sob a
892 responsabilidade da Diretoria de Relações Internacionais - DRI, permitindo que o
893 programa seja ajustado de acordo com o feedback dos participantes e com as necessidades
894 institucionais. Para incluir uma cláusula de monitoramento e avaliação semestral do
895 PAEMOB, sugiro a criação de um novo artigo no final do Capítulo III – Das Atribuições
896 das Unidades Envolvidas, logo após as atribuições da Diretoria de Relações
897 Internacionais (DRI) e dos padrinhos/madrinhas. Esse novo dispositivo pode ser inserido
898 como Art. 10, sendo renumerados os artigos seguintes para manter a coerência. Sugestão
899 de Redação do Novo Dispositivo. “Art. 10 A Diretoria de Relações Internacionais (DRI)
900 será responsável pelo acompanhamento e pela avaliação semestral do PAEMOB, com o
901 objetivo de: I - Coletar retornos dos estudantes em mobilidade (EMOBs) e dos
902 padrinhos/madrinhas sobre a experiência e eficácia do programa; II - Analisar as
903 necessidades institucionais e as sugestões dos participantes para identificar áreas de
904 melhoria e realizar ajustes no programa, se necessário; III - Elaborar relatórios semestrais
905 contendo dados e recomendações, a serem submetidos à Câmara de Ensino, Assuntos
906 Estudantis e Ações Afirmativas (CEAA) para conhecimento e acompanhamento. Dessa
907 forma, a cláusula de acompanhamento e avaliação permite o aprimoramento contínuo do
908 PAEMOB, baseando-se no retorno dos participantes e nas necessidades institucionais; e)
909 definir, de maneira explícita, os critérios de concessão de horas de certificação para os
910 padrinhos/madrinhas, especificando que essa certificação não confere vantagens
911 acadêmicas adicionais, mas representa um reconhecimento do trabalho voluntário e de
912 apoio. Para definir explicitamente os critérios de concessão de horas de certificação para
913 os padrinhos/madrinhas, sugiro incluir um novo artigo no final do Capítulo III – Das
914 Atribuições das Unidades Envolvidas, após o artigo que trata das responsabilidades da
915 Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e dos padrinhos/madrinhas. Esse novo
916 dispositivo pode ser inserido como Art. 11, com a renumeração dos artigos seguintes para
917 manter a sequência. Sugestão de Redação do Novo Dispositivo: “Art. 11 A concessão de
918 horas de certificação para os estudantes padrinhos/madrinhas participantes do PAEMOB
919 seguirá os seguintes critérios: I - O certificado será emitido pela Diretoria de Relações
920 Internacionais (DRI) ao final de cada semestre, com uma carga horária de 45 horas, desde
921 que o estudante padrinho/madrinha tenha cumprido as atribuições estabelecidas no
922 programa; II - A certificação será concedida exclusivamente como forma de
923 reconhecimento pelo trabalho voluntário e de apoio oferecido, não conferindo qualquer
924 vantagem acadêmica adicional, como pontos extras em disciplinas ou priorização em
925 processos seletivos internos; III - A efetiva participação e cumprimento das atividades
926 pelo padrinho/madrinha serão avaliados com base em um formulário de avaliação
927 preenchido ao final do semestre, o qual deverá evidenciar o cumprimento das atividades
928 previstas no programa. Com isso se define de forma explícita os critérios para a concessão
929 da certificação, deixando claro que se trata de um reconhecimento voluntário, sem
930 vantagens acadêmicas adicionais, e assegura que o benefício é exclusivamente simbólico,
931 valorizando o apoio prestado aos estudantes em mobilidade; f) Excluir do preâmbulo da
932 Proposta de Resolução os enunciados iniciados pela expressão “considerando”, em
933 atendimento ao disposto no §3º, art. 4º, do DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE
934 2024, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos
935 normativos; g) incluir na redação um objetivo explícito sobre a promoção de um ambiente



universitário acolhedor e plural, reafirmando o compromisso do PAEMOB com a inclusão e a integração dos estudantes em mobilidade. Para incluir um objetivo explícito sobre a promoção de um ambiente universitário acolhedor e plural, recomendaria adicionar essa redação ao Art. 2º no Capítulo I – Disposições Gerais. Esse artigo já aborda a finalidade do PAEMOB, e a inclusão desse objetivo reforça o compromisso do programa com a inclusão e integração dos estudantes. Sugestão de Redação do Novo Dispositivo: “Art. 2º O PAEMOB tem por finalidade promover a inclusão dos estudantes em mobilidade, proporcionando aos participantes uma experiência de comunicação intercultural e fortalecendo um ambiente universitário acolhedor e plural, reafirmando o compromisso da UFOB com a diversidade e a integração de todos os estudantes.” A inclusão desse objetivo no Art. 2º reforça a missão do PAEMOB de promover um espaço acolhedor e plural para os estudantes em mobilidade, alinhando o programa com os valores institucionais de inclusão e diversidade; h) acrescentar, após o art. 10, uma cláusula estabelecendo que os casos omissos da resolução sejam tratados pelo mesmo órgão que aprova a proposta, isto é, pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA. Dessa forma, evita-se delegar decisões a instâncias administrativas que não têm a competência normativa necessária para interpretar e deliberar sobre possíveis lacunas ou ambiguidades da resolução, garantindo que qualquer questão não contemplada seja apreciada pelo colegiado responsável pela sua criação e aprovação, com a seguinte redação: Sugestão de Redação do Novo Dispositivo: Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA. Essas recomendações visam maximizar a eficácia do PAEMOB e garantir que a proposta de resolução se alinhe plenamente com as melhores práticas institucionais e com a legislação vigente, promovendo um programa que não só acolhe, mas também integra e valoriza a diversidade cultural da comunidade acadêmica da UFOB. Diante das considerações e indicações de ajustes apresentadas, o Relator recomendou a aprovação da Proposta de Resolução, condicionada ao atendimento das sugestões mencionadas. Concluída a apresentação do Parecer, a **Vice-Presidente Aurizangela Sousa** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Agradeceu as colocações e cuidados com o parecer e consultou aos demais membros da Câmara sobre outras colocações. Esclareceu que houve antes um edital de apadrinhamento para vencer as barreiras de mobilidade, daí se partiu para a proposta da resolução considerando as necessidades de normatizar os procedimentos. Questionou se semestralmente não geraria muito trabalho para quem vai executar o acompanhamento e sugeriu que o relatório seja anual, pois os editais são executados a partir da perspectiva de recebimento dos estudantes que é feita anualmente, não tendo material suficiente para um relatório semestral, sendo melhor uma avaliação de um ciclo completo anual, o que foi acolhido pelo Relator. A Vice-Presidente mencionou a importância do reconhecimento do trabalho voluntário. Sugeriu trazer uma forma de valorização desse trabalho, motivando os estudantes a participarem, para que o certificado tenha um valor para a Instituição. O Relator Thiago Rafagnin observou que como ACC tem valor, que é emitido um certificado com o reconhecimento de horas, e que o intuito é não trazer benefício de notas ou outros meios semelhantes. A conselheira Adma Chaves complementou que o voluntariado hoje não está explicitado nos grupos das ACC, mas já tem uma demanda externa para voluntariado que poderá acolher esta demanda apresentada. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, a **Senhora Vice-Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Proposta de Resolução do Programa de Apadrinhamento de Estudantes**



em Mobilidade Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGP, Processo 23520.009290/2024-69, acolhidas os ajustes aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade. A Vice-Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às onze horas e cinquenta e três minutos, a Vice-Presidente da Câmara, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Professora Aurizangela Oliveira de Sousa, encerrou a 42ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 23 de janeiro de 2025. Ata aprovada na 45ª Reunião Ordinária da CEAA, realizada no dia 22 de maio de 2025.



ATA DA CEAA Nº 1/2025 - SODS (11.01.21)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/05/2025 10:58)

ADMA KATIA LACERDA CHAVES

PRO-REITOR(A)

PROGRAD (11.01.30)

Matrícula: ###602#3

(Assinado digitalmente em 27/05/2025 14:30)

ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA

VICE-REITOR

(Assinado digitalmente em 29/05/2025 11:39)

GABRIELA SILVA CERQUEIRA

COORDENADOR

PROFNIT (11.01.19.01.12)

Matrícula: ###363#4

(Assinado digitalmente em 03/06/2025 10:39)

GIOVANA DAMASCENO SOUSA

COORDENADOR

COORDPG (11.01.40.01.01)

Matrícula: ###674#7

(Assinado digitalmente em 24/05/2025 18:19)

GLEICIANNE DOURADO COSTA

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#0

(Assinado digitalmente em 26/05/2025 08:33)

HEVESON LUIS LIMA DE MATOS

DIRETOR

CMLEM (11.01.17.01)

Matrícula: ###640#9

(Assinado digitalmente em 02/06/2025 19:16)

**JULIANNA JOANNA CARVALHO MORAES DE
CAMPOS BALDIN**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###282#5

(Assinado digitalmente em 27/05/2025 08:21)

LUIS GUSTAVO HENRIQUES DO AMARAL

DIRETOR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###452#7

(Assinado digitalmente em 28/05/2025 14:42)

NEILTON DOS REIS GOULARTH

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###578#8

(Assinado digitalmente em 28/05/2025 12:36)

RAFAEL DA CONCEICAO SIMOES

DIRETOR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###077#4

(Assinado digitalmente em 24/05/2025 18:31)

RICARDO DE JESUS MACHADO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###095#0

(Assinado digitalmente em 26/05/2025 20:04)

ROMENIQUE DA SILVA DE FREITAS

DIRETOR

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###222#7

(Assinado digitalmente em 25/05/2025 18:29)

THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN

DIRETOR

CEHU (11.01.19.01)

Matrícula: ###987#7

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **ATA DA CEAA**, data de emissão: **24/05/2025** e o código de verificação: **97d2d646f8**